

**ENTREVISTA DO
PRESIDENTE DO
TRIBUNAL AO
BOLETIM DA
ORDEM DOS
ADVOGADOS**



O Boletim da Ordem dos Advogados fez uma [entrevista](#) ao Presidente do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro José Tavares, que mostrou o Tribunal, do contador de Almada Negreiros à cadeira do Marquês de Pombal, e falou da sua história e dos desafios para o futuro.

**NO INÍCIO DE UMA
NOVA LEGISLATURA,
TRIBUNAL DE
CONTAS DÁ O SEU
CONTRIBUTO**



Foi a primeira vez que, no início de uma nova Legislatura, o Tribunal de Contas deu o seu [Contributo](#) à Assembleia da República e ao Governo, num documento atual, útil e construtivo para a boa gestão e a sustentabilidade das finanças públicas.

Ao longo de 50 páginas, o Tribunal apresenta este instrumento de apoio com as principais recomendações em 11 áreas fundamentais, como a utilização dos fundos europeus, a contratação pública, o desenvolvimento sustentável, a demografia e os seus impactos na saúde, na educação e na segurança social, as funções económicas e financeiras e a administração local.

A definição e a fundamentação destas temáticas resultam da atividade recente do Tribunal, em especial, das conclusões e recomendações contidas nos seus pareceres, relatórios, acórdãos e decisões.

SISTEMA DE
CONTROLO INTERNO
FORTE E COESO É
ESSENCIAL PARA A
BOA GESTÃO
PÚBLICA



O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, saudou a vontade de revitalização do Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno (SCI), manifestada pelo Inspetor-Geral de Finanças, António Ferreira dos Santos, na reunião daquele Conselho, que decorreu em 23 de março.

José Tavares foi convidado para intervir na sessão de abertura da reunião do Conselho Coordenador, que integra os Inspectores-Gerais e outros responsáveis de organismos de controlo interno da Administração Pública.

Durante a sua intervenção, o Presidente do Tribunal considerou desejável aprofundar o conhecimento mútuo e, se possível, o desenvolvimento de um trabalho de cooperação regular e consistente, nomeadamente quanto ao planeamento das ações de controlo, à análise de risco, às metodologias e à formação e reforçou a importância de uma reativação do espírito construtivo e de cooperação entre todos os órgãos de controlo interno, justificando que esse trabalho permite evitar sobreposições, aumentar a qualidade e alargar o universo efetivo do controlo interno.

FISCALIZAÇÃO PRÉVIA E CONCOMITANTE CHEGAM AO ECONTAS



O Tribunal de Contas divulgou, no dia 26 de abril, no site institucional a [Plataforma de serviços online eContas](#), na vertente da Fiscalização Prévia e Concomitante, às entidades sujeitas à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas, o que permitirá trazer maior celeridade e transparência à gestão dos contratos sujeitos a visto e agilizar e centralizar o relacionamento entre as entidades e o Tribunal.

A plataforma, que ficou disponível a partir de 2 de maio, permitiu às entidades a remessa de processos para fiscalização prévia e concomitante, a resposta a pedidos de esclarecimentos ou de junção de documentos complementares, o envio de dossiês relativos a atos e contratos adicionais ou ainda a submissão de informação e documentos relativos aos mesmos através de um canal próprio de transmissão eletrónica de dados.

Este serviço junta-se à entrega e consulta das contas de gerência por parte das entidades, já disponível na área da prestação de contas desde 2007, constituindo o segundo passo num caminho de transição digital que, na terceira fase, levará para a plataforma eContas os processos de efetivação de responsabilidade financeira.

RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS: UM DESAFIO COMUM



Os Procuradores-Gerais Adjuntos que representam o Ministério Público junto do Tribunal de Contas realizaram um encontro com cerca de três dezenas de responsáveis de órgãos de controlo interno da Administração Pública, incluindo os respetivos Inspetores-Gerais, onde foi abordada a relação entre as várias entidades, assim como as oportunidades de melhoria no âmbito dos processos de efetivação de responsabilidades financeiras.

Na iniciativa, promovida pela coordenadora do MP junto do Tribunal de Contas, Procuradora-Geral Adjunta Teresa Almeida, foi reiterada a necessidade – e vontade – de fomentar a cooperação regular e consistente entre as entidades, a qual já tinha tido destaque na reunião do Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno, realizada no dia 23 de março. “Foi unânime que estamos todos no mesmo barco”, afirmou ontem o Inspetor-Geral de Finanças, António Ferreira dos Santos. E acrescentou: “Estamos todos disponíveis para encetar um novo caminho”.

Também o Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, sublinhou a importância da entajuda para a criação de “uma justiça financeira mais efetiva”. Um desígnio que “compete a todos” e no qual o Tribunal está completamente empenhado. “O beneficiário é o país”, sublinhou.

Entre as principais questões abordadas esteve o papel do controlo interno na recolha de prova e a qualificação da culpa.

AUDIÇÃO DO
TRIBUNAL NA
ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA SOBRE A
PROPOSTA DE
ORÇAMENTO DO
ESTADO 2022



O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, e a Juíza Conselheira Ana Furtado, responsável pela área do Parecer sobre a Conta Geral do Estado, participaram no dia 2 de maio na [audição sobre a Proposta de Orçamento do Estado 2022](#), na Comissão do Orçamento e Finanças da Assembleia da República.

Foram vários os temas abordados durante a audição, em especial o acolhimento das recomendações do Tribunal de Contas, a isenção de fiscalização prévia de determinados contratos, a responsabilidade financeira, a prestação de contas em Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e o reporte financeiro e orçamental.

**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES 2021:
CONTROLADO O
MONTANTE DE
CERCA DE 340 MIL
MILHÕES DE EUROS**



O Tribunal de Contas divulgou o seu [Relatório de Atividades de 2021](#), o qual, segundo o Presidente do Tribunal de Contas José Tavares, é, por excelência, o instrumento de prestação de contas deste Órgão de Soberania.

Neste relatório estão contidas, de forma sintetizada, mas suficientemente abrangente, os resultados da atividade do Tribunal no ano 2021.

Assim, o Tribunal de Contas controlou o montante de cerca de 340 mil milhões de euros.

Foram emitidos os Pareceres sobre a Conta Geral do Estado e as Contas das Regiões Autónomas, bem como sobre as Contas da Presidência da República, da Assembleia da República e das Assembleias Legislativas Regionais.

Na fiscalização prévia, foram fiscalizados 2131 atos e contratos, tendo sido recusado o visto a 27 contratos.

Na fiscalização sucessiva, o Tribunal realizou 54 auditorias e outras ações de controlo, que deram origem a 216 recomendações. Tendo realizado ainda 30 auditorias específicas para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras.

O Relatório salienta também as ações desenvolvidas em cooperação com o Tribunal de Contas Europeu, bem como as auditorias realizadas a organizações internacionais de que foi Auditor em 2021: a EUMETSAT, a CPLP e a EUROCONTROL.

Recebeu e validou 6772 contas, tendo ainda sido objeto de verificação interna 401 contas de entidades públicas.

Concluiu ainda a análise de 231 denúncias que recebeu quer de entidades, quer de particulares.

No âmbito da efetivação de responsabilidade financeira, o Tribunal julgou 22 processos.

Destaca-se também, as ações de cooperação desenvolvidas no âmbito da União Europeia, da Organização dos Tribunais de Contas da CPLP, da INTOSAI (Organização mundial dos Tribunais de Contas) e da EUROSAI (Organização europeia dos Tribunais de Contas).

**14 ANOS DE AÇÃO DO
CONSELHO DE
PREVENÇÃO DA
CORRUPÇÃO**



O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade administrativa independente a funcionar junto do Tribunal de Contas, apresentou no dia 6 de maio o livro “[CPC - 14 Anos de Ação](#)”, onde “presta contas consolidadas” e dá conta da sua atividade na prevenção da corrupção desde a criação do Conselho em 2008 até ao momento atual.

O livro mostra a evolução da atividade do CPC e, conseqüentemente, do percurso das entidades públicas em matéria de gestão de riscos de fraude, corrupção e infrações conexas no âmbito da gestão pública, assim como das escolas no aprofundamento do tema e na apresentação de projetos enriquecedores.

**CONFERÊNCIA SOBRE
O FUTURO DA EUROPA,
EM PARIS**



O Presidente do Tribunal José Tavares afirmou, na Conferência dedicada ao "Futuro da Europa", organizada pelo Tribunal de Contas francês, que decorreu em Paris, no dia 24 de março, no âmbito da Presidência francesa da União Europeia, que a cooperação é essencial para enfrentar as crises.

Na sua intervenção, o Presidente do Tribunal considerou que este é um momento especial para extrair as lições aprendidas no passado recente, destacando a importância da cooperação e da ação conjunta que têm existido no âmbito da União Europeia, da EUROSAI (Organização Europeia dos Tribunais de Contas), da INTOSAI (Organização Mundial dos Tribunais de Contas) e no plano bilateral, para a superação dos efeitos da pandemia e da atual crise na Ucrânia e seus impactos.

ANIVERSÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE ANGOLA



Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, José F. F. Tavares, com a Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Exalgina Gambôa, ladeados pelo Diretor-Geral Fernando Oliveira Silva (à esq), pela Subdiretora-Geral Conceição Ventura e pelo Diretor do Gabinete da Presidência de Angola, Walter Pacheco

O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, participou, no dia 12 de abril, no 21.º aniversário do Tribunal de Contas de Angola, em Luanda, onde foi proferida uma palestra sobre a [“Eficácia da responsabilidade financeira na gestão das finanças públicas”](#).

A palestra inseriu-se na visita a Angola do Presidente do Tribunal de Contas, que se faz acompanhar pelo Diretor-Geral, Fernando Oliveira Silva, e pela Subdiretora-Geral Conceição Ventura, entre 11 e 14 de abril.

Durante a visita, foi assinado um [protocolo de cooperação](#) para o reforço da troca de experiências e conhecimentos entre ambas as Instituições.

TRIBUNAIS DE CONTAS
DA UNIÃO EUROPEIA
REUNIDOS NO
LUXEMBURGO



O Comité de Contacto dos Presidentes dos Tribunais de Contas da União Europeia esteve reunido nos dias 3 e 4 de maio no encontro anual que decorreu em Luxemburgo, onde ficou decidido que o Presidente do Tribunal de Contas de Portugal assumirá a partir de agora a presidência do Comité de Contacto. O mandato tem a duração de um ano.

Durante o evento foram trocadas ideias sobre a forma de reforçar os laços de cooperação com vista a enfrentar, nomeadamente, os efeitos económicos e financeiros das crises que vivemos.

O controlo dos planos de recuperação e resiliência mereceram atenção especial, tendo sido apresentadas as experiências dos vários Tribunais.

EUROSAI - RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE A GESTÃO DOS RESÍDUOS DE PLÁSTICO



O Tribunal de Contas, enquanto membro do Grupo de Trabalho da EUROSAI para a auditoria na área ambiental ([Working Group on Environmental Audit](#)), patrocina a publicação de um [relatório conjunto sobre a gestão dos resíduos de plástico](#).

O relatório congrega as conclusões de auditorias idênticas realizadas por instituições superiores de controlo financeiro em vários países da Europa sobre a referida temática, englobando as observações do [Relatório de Auditoria n.º 7/2022-2.ª S](#) que o Tribunal de Contas português aprovou em março passado, no qual se concluiu, designadamente, que, embora a meta nacional específica de reciclagem das embalagens de plástico tenha sido, em concreto, cumprida nos últimos anos, esses resultados inserem-se num conjunto de metas não atingidas no plano da gestão dos resíduos urbanos, não sendo suficientes no quadro dos desafios futuros.

TRIBUNAIS DE CONTAS DA CPLP REUNIDOS EM BISSAU



O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, deslocou-se a Bissau, nos dias 10 a 12 de maio, para participar na Assembleia Geral da Organização dos Tribunais de Contas da CPLP e visitar o Tribunal de Contas da Guiné-Bissau.

A Assembleia Geral deliberou, além de outros assuntos, prosseguir com as diligências no sentido de a Língua Portuguesa ser consagrada como língua oficial da INTOSAI (Organização Mundial dos Tribunais de Contas). A reunião foi precedida de um seminário tendo como temas o combate à corrupção e a Agenda 2030 das Nações Unidas e o controlo das finanças públicas em tempos de crise e os desafios da sustentabilidade.

TRIBUNAIS DE CONTAS DA EUROPA REUNIDOS EM PRAGA



Os Tribunais de Contas da Europa reuniram-se em Praga na sua organização regional – EUROSAI – para partilharem e debaterem um conjunto de temas de interesse comum, dentro do espírito de apoio mútuo.

Os participantes analisaram temas atuais do controlo das finanças públicas:

- Publicação dos resultados do controlo;
- Controlo da receita pública;
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na área ambiental;
- O papel dos Tribunais de Contas na luta contra a corrupção;
- Auditoria de projetos de e-government;
- O seguimento das recomendações;
- Auditorias rápidas e reativas;
- Quadro das Normas Profissionais da INTOSAI.

O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, e a Conselheira Helena Abreu Lopes intervieram, respetivamente, nas sessões sobre o seguimento das recomendações e sobre o papel dos Tribunais de Contas na luta contra a corrupção.

160.º ANIVERSÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA TURQUIA



No âmbito das comemorações dos 160 anos do Tribunal de Contas da Turquia, em Ancara, os Juízes Conselheiros José Mouraz Lopes e Paulo Dá Mesquita intervieram através de uma apresentação sobre a atividade jurisdicional do Tribunal de Contas português. No painel, que debateu a função jurisdicional, participaram ainda representantes dos Tribunais de Contas de Espanha e Turquia.

COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GOVERNAÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA



O Tribunal de Contas acolheu no dia 29 de junho, em colaboração o Tribunal de Contas de França (Cour des Comptes), a Associação Francesa de Finanças Públicas (FONDAFIP) e o Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, um Colóquio Internacional sobre os Desafios da Governação Financeira Pública.

Em debate estiveram os temas da descentralização e gestão das Finanças Locais, com destaque para o papel das Autarquias Locais na luta contra as crises e a sua participação na sustentabilidade das finanças públicas, assim como as Finanças públicas e a justiça social, a avaliação de riscos e o papel dos Parlamentos, dos Tribunais de Contas e de outros órgãos de controlo.